

MEMÓRIAS MUSEOLÓGICAS COMO FORMA DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL.

Tubias Capaina

Graduado em Antropologia pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane,
Moçambique.

Investigador Independence.

Correio eletrónico: capainatubias@gmail.com

Resumo

O presente artigo analisa discursos sobre as memórias museológicas como forma de conservação do património cultural. As Literaturas Africanas de Língua Portuguesa já ocupam um vasto território de leitura, tanto no Brasil quanto em Portugal e na própria África Lusófona. Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau são países onde vivem intelectuais preocupados com uma escrita literária que mantêm um fecundo diálogo com questões temáticas que se voltam para o colonialismo, pós-colonialismo, identidade cultural, exílio, e principalmente, a inscrição dos modos literários africanos. Um vez que, as representações seriam o mesmo que ou equivale a aquisição dos meios para analisar a estúcia da razão e da imaginação nos termos da qual o indivíduo só fosse a sua sorte identificando-se com o destino exterior, para analisar o funcionamento dos aparelhos ideológicos que permitem que a estrutura hierárquica das sociedades de linhagem funcione e se reproduza, DURAND (1964).

A literatura disponível sobre o património cultural, afirmam que o museu é um lugar onde a memória permanece sem alterações, o que leva-a a ser considerada estática, a segunda entende que a memória é reconstruída a cada dia o que torna-a dinâmica e a terceira entende o museu como um lugar de questionamentos. Assim, permitindo compreender que o património cultural é um lugar que predomina uma história única, estática, um lugar dinâmico em que a memória é reconstruída a cada dia e um espaço de questionamento.

Palavras-chave: Narrativas, Museu e Património Cultural.

Introdução

A escrita literária africana de expressão portuguesa nos faz refletir sobre assuntos que se voltam para uma questão místico-cultural que migra do plano da realidade para o plano da ficcional por conta de uma percepção ideológica pagã de se ver o mundo africano. As sociedades revelam-nos suas imaginações do mundo através das suas representações, (AUGÉ, 1974).

Uma prática de escrita que revela uma reescritura do que foi aprendido por meio da oralidade. Por isso, para Halbwachs (1992) a memória coletiva é um passado vivido, constituído pela sucessão de acontecimentos ou momentos marcantes na vida do grupo, nação, país, e que possibilita a construção de uma narrativa sobre o passado. Assim, o facto de a História ser algo relativo que depende de quem escreve a tal história, leva-o a considerar a memória social como algo dinâmico, mutável e seletivo.

Museu

Nora (1989) que defende o museu como um lugar onde a memória cristaliza. Para o autor os discursos que os indivíduos produzem nas comemorações que tem organizado e realizado nos museus, são um sinal de desaparecimento da memória viva.

De acordo com Nora (1989) nessas comemorações os indivíduos revivem a história do passado com o seu sentido tradicional de uma memória imutável. A explicação de Nora (1989) permite compreender que os museus foram concebidos como uma forma de proporcionar repouso a memória sobre uma história única, estática e objetiva que é revivida através das comemorações realizadas nesses lugares que respeitam o seu significado original. Entretanto, essa explicação perde de vista outros significados que os indivíduos produzem ao interagirem uns com os outros e com os objetos e histórias que o lugar conta.

Para a primeira perspectiva ao considerar os museus como lugar de cristalização da memória, sendo que essa memória é imutável perde de vista os discursos frutos da interacção e interpretação dos indivíduos nos museus com relação as histórias que estes lugares contam e a conceptualização dos museus em cada contexto.

Com um enfoque diferente da primeira perspectiva, a segunda entende a memória Como um processo dinâmico. Esta perspectiva defende que a memória como um processo dinâmico cria uma fonte de concursos sociais, razão pela qual estão sujeitos ao controle social especialmente por elites políticas, religiosas e outras que tentam estabelecer continuidades entre o presente e o passado, considerando ainda que no período moderno as elites nacionais têm inventando rituais que reivindicam a continuidade com um passado histórico adequado a organização de cerimónias, desfiles e festas (Connerton, 1989).

A explicação de Connerton (1989) permite compreender que os museus têm realizado eventos que proporcionam a continuidades das práticas culturais entre o presente e o passado que conferem a dinâmica do lugar, e que esse mesmo lugar é regido por uma autoridade. Entretanto, fica por compreender o impacto desses eventos de forma a gerarem mudanças nos museus.

Com uma posição similar à de Connerton (1989), Inguane (2007) defende que a construção da memória social é corrente em Moçambique, especialmente na forma de memória nacional promovida pelo Estado. A construção contínua no período pós-colonial é feita por meio da produção e celebração dos heróis nacionais.

Inguane (2007) defende ainda que, o Estado constrói memória nacional através da produção de uma narrativa nacional em que os espaços estão abertos para a produção de outras narrativas relacionadas e conflitantes, e que o envolvimento de não-elites moçambicanos abre caminhos para a dinâmica transacional da memória social que transcendem os limites do Estado moçambicano da temporalidade histórica comum e entendimento tradicional de pertences.

Com base na explicação de Inguane (2007) percebo que existe um órgão que produz uma narrativa, havendo espaço para produção de outras narrativas por parte de outros indivíduos não-elites e este aspecto abre caminho para a dinâmica da memória. Mas nesta explicação fica por compreender os mecanismos pelo qual os indivíduos usam para produzir e enunciar as outras narrativas. Na mesma linha de discussão, Peralta (2007) defende que existe uma relação entre a memória oficial e a memória popular, por isso a memória social não pode ser vista apenas como resultado de estratégias do poder dominante. As memórias estão vinculadas em discursos que estão em constante revisão, incorporando práticas discursivas alternativas, as quais podem, elas próprias, transformar, à medida que a sua popularidade aumenta, nestes mesmos discursos dominantes.

Ainda de acordo com a autora, a ordem política deve ser concebida como um espaço de contestação, dinâmico e fluido, que reflete o constante conflito entre as formações sociais dominantes dos poderes governantes e as formações sociais marginalizadas e não de uma forma monolítica, unívoca ou totalizadora. É a interação entre estes atores, entendida enquanto processo hegemónico de dominação ideológica e de resistência, que define o conteúdo da memória em cada momento (Peralta, 2007:19-20).

Se por um lado a explicação de Peralta (2007) permite compreender que os conteúdos difundidos pelos museus são subjetivos, temporários e envolvem discursos de diferentes segmentos da sociedade, por outro lado, fica por compreender os aspectos que definem a mudança das narrativas a cada época.

À semelhança de Peralta (2007), Foucault (1977) defende que a memória enquanto formação discursiva suporta um determinado regime de verdade que encontra-se em permanente revisão. Não considera ser possível a emergência de uma verdade única, universal e hegemónica que exerça um domínio sobre toda a sociedade, concedendo sempre um espaço à resistência e a negociação de significados. E é nesse sentido que formula o conceito de “contra memória”, incluindo na análise das representações do passado a voz daqueles que foram silenciadas e marginalizadas pelos discursos dominantes.

A explicação de Foucault (1977) permite compreender que as relações de poder estão em todos os níveis de existência e operam em vários contextos da vida social, e esse poder está distribuído, o que permite a negociação de significados que definem o conteúdo da memória a cada momento. No entanto, fica por compreender os processos que medeiam o consenso entre os discursos dominantes e outros significados.

Diferentemente de Foucault (1997) e Peralta (2007), Bourdieu (1989) fala do poder simbólico, que é capaz de construir uma realidade. Acredita que o campo da produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica entre as classes e que ele é uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder. A explicação de Bourdieu (1989) permite compreender o museu como um campo simbólico que é regida por determinados tipos de poder, entretanto, fica por compreender que tipos de poderes simbólicos compõem esses lugares.

Enquanto John (2012) analisa as estruturas de poder dentro da ciência arqueológica, e denuncia que a arqueologia sempre manteve estreitos vínculos com os sistemas de representações das sociedades, legitimando a ordem política estabelecida principalmente através de sistemas místicos e simbólicos.

A ciência arqueológica serviu como instrumento de poder principalmente quando utilizada pelas instituições sociais e pela política a fim de criar determinados simbolismos do passado histórico, que efetivamente só tomam consciência pela descoberta e preservação de monumentos. Questionamento é o ato de fazer questões sobre, pôr em causa ou contestar algo (Dicionário da língua portuguesa, 2003). John (2012) citando Ribeiro afirma que a vivência de um período histórico marcado por uma legislação democrática garante que novas perspectivas possam ser construídas em vista da rememoração de uma história mais significativa especialmente de quem e para quem historicamente foi deixado de lado como os mais pobres, os explorados e os dominados.

A explicação de John (2012) permite compreender que apesar da existência de uma ciência com o poder legítimo para preservar as culturas do museu há espaço para a criação de novas histórias envolvendo indivíduos alheios a instituição, mas fica por compreender os aspectos que permitem esse diálogo entre os órgãos que detêm o controlo dos museus e os indivíduos dominados.

Na mesma linha de discussão Karlstrom (2013) refere que é impossível impor um ideal conservacionista em contextos e mundos em que um ideal não conservacionista pode prevalecer, defende que, os significados e conceitos de conservação do património diferem em cada contexto. Para a autora, o problema da conservação reside na herança cultural que os profissionais, arqueólogos e gerentes dos patrimónios criam porque acham que as ideias conservacionistas são universais e ignoram as opiniões locais.

Para tal, a autora apresenta o termo restauração que refere-se ao ato de devolver algo ao seu estado autêntico ou original sem adicionar material novo e, em contextos em que as adições são permitidas elas devem ser distinguíveis do original. Contudo, Karlstrom (2013) afirma que tanto a reconstrução, restauração e a conservação dos bens, visam manter a autenticidade e o sentido de originalidade. Em contextos onde a restauração é feita, o valor do objeto não tem haver apenas com a forma física ou tecido pois elas são preservadas, o que conta e é importante é

o significado do objeto, o valor e o prestígio espiritual que pode ser monumental ou algo intangível.

A explicação de Karlstrom (2013), permite compreender que o património é algo criado, destruído e recriado. O processo de restauração dos bens é algo contextual, e os discursos dos patrimónios envolve as vozes dos grupos locais. Cria-se algo novo, mas o prestígio e significado do objeto mantêm e pode ser algo intangível, mas fica por compreender se os significados dos bens patrimónios são sempre os mesmos.

Com uma abordagem diferente, Wahome, Kiruthu e Mwangi (2016) explicam como movimentos representados pelos membros das comunidades quenianas reclamavam o reconhecimento da história de Mau-Mau como um bem patrimonial significativo, que contribuiu para a independência do Quénia. O regime colonial britânico, o regime pós-colonial, o governo Kenyata e as elites do governo queniano tendiam a suprimir as recordações dos mau-mau.

Segundo os autores, esses regimes apelavam para uma história em que a humilhação, dor emocional e dor física da comunidade queniana eram mais difundidos. E considerava-se que essas ações eram para não expor os segredos e jogos desempenhados pela classe política e assim forjar uma nação unida.

Ainda segundo os autores, a comunidade local reclamava a inventariação de bens patrimoniais tangíveis e intangíveis dos locais de mau-mau. Essas memórias públicas tinham que ser documentadas em benefício da memorização do Quénia. Wahome, Kiruthu e Mwangi (2016), mencionam que o regime Kibak considerou essas memórias públicas de mau-mau que significou, o reconhecimento e levantamento do estado silencioso. Esse reconhecimento dos heróis, passou a fazer parte da constituição do Quénia, e passou-se a enfatizar a ideia dos valores nacionais.

A explicação de Wahome, Kiruthu e Mwangi (2016), permite compreender que as questões dos bens patrimoniais são regidas por relações de poder onde, o reconhecimento de um bem como património depende de quem tem o controlo da instituição. Percebo ainda, que atores de diferente status estão envolvidos nas discussões sobre o que deve ou não ser considerado património. No caso do Quénia, o reconhecimento do património reivindicado levou a institucionalização dos tais bens e a valorização dos valores nacionais a partir das memórias

públicas. No entanto, fica por compreender o significado dos bens patrimoniais anteriores após a inclusão dos bens reivindicados.

Alternativamente Abreu (2008), refere que numa época em que os museus eram baseados em conceitos dominantes e constituídos a partir de bens selecionados pelos ocidentais, surge em Amazonas no Brasil, um Museu constituído pela comunidade local Ticuna. A partir da exposição existente no museu de fotografias e livros com imagens dos indígenas a fazerem a confecção de máscaras rituais, um indígena levou as imagens e foi apresentar a comunidade para replicar os objetos. Ainda de acordo com Abreu (2008), os objetos seriam colocados no museu e colocariam os nomes de quem fez o objeto. O objetivo desta ação era recuperar as antigas tradições e técnicas artesanais em desaparecimento. Nesse âmbito, foram feitos os objetos e selecionaram alguns e colocaram no museu.

Segundo a autora, os próprios índios é que realizaram o levantamento das peças. Essa prática tornou-se um marco porque o museu era sobre tudo uma instituição ocidental. Os objetos escolhidos para o museu tinham maior significação cultural para os ticunas e tornou-os visíveis por meio de objetos locais e a partir de uma seleção de objetos que excluem o poder e autoridade. Deste modo, os índios ticunas conquistaram um espaço social e cultural.

A explicação de Abreu (2008) por um lado permite compreender que a partir das imagens dos livros e fotografias em exposição, foi possível reconstituir os objetos que estavam em desaparecimento. Esta ação incorporou um modelo de museu em que a comunidade local, esteve envolvida de maneira integral na seleção e fabrico dos objetos que iam fazer parte do museu. Por outro lado, fica por compreender o tipo de critério que a comunidade utilizou na seleção dos objetos que passaram a fazer parte do museu.

Diferentemente de Abreu (2008), Johnston (2014) a partir de um estudo de caso feito na Austrália, fala da significância social e defende que o património é cada vez mais, concebido como algo plural, dinâmico, mais abrangente, inclusivo e atrai cada vez mais atenção e reflexão crítica. Para o autor, a relação entre as pessoas e lugares ainda é visto pelos profissionais como distração a conservação real.

A desvalorização entre pessoas e os lugares é fácil especialmente quando essas pessoas têm poder limitado para defender-se, porque a incorporação de outros tipos de avaliação patrimonial envolve desafios de dimensões políticas.

No entanto, Johnston (2014) menciona que a incorporação da significância social nos quadros legislativos e regulamentares da avaliação patrimonial começa a ser considerada na atualidade. Os significados e os valores não reconhecidos, a cada ano atraem interesse dos profissionais dos patrimónios.

A explicação de Johnston (2014) permite compreender que há coisas ou lugares que não fazem parte do património, mas que tem significado social. Os significados atribuídos pela sociedade com relação ao que eles consideram como bem cultural a integrar nas avaliações sobre o património, começa a ser considerado para a avaliação dos tipos patrimoniais e a própria legislação começa a incluir aspectos da significância social. Por sua vez, fica por compreender os aspectos de negociação desses significados entre as pessoas e os profissionais que conservam e avaliam o que é ou não um património.

Nesta segunda perspectiva os autores defendem que os conteúdos que compõem os museus são renovados a cada momento ou época. E independentemente das formas de poder que predominam nos museus, os indivíduos subalternos que não participavam na produção das narrativas dos museus, na atualidade tem encontrado espaço para negociar essas narrativas através de atribuição de outros ou novos significados. E estes aspectos fazem com que os museus sejam lugares dinâmicos. Mas esta perspectiva deixa por compreender os aspectos que vinculam os processos de negociação.

Quanto a terceira perspectiva as autoras defendem o museu como um lugar de questionamento. Duarte (2013), defende que os museus eram organizados pelas elites sociais e intelectuais das instituições burguesas e europeias, posteriormente esse modelo é contestado por meio de questionamento as narrativas presentes nos museus.

Defende ainda que com a emergência de uma nova postura epistemológica onde a interpretação é distinguida por valorizar os significados e conteúdos contextuais, os fundamentos e concepções dos museus, as narrativas por si veiculadas e as representações sobre as culturas

deixam de ser tidas como certas ou verdadeiras e passam a questionar o seu carácter objetivo (Duarte, 2013).

A explicação de Duarte (2013) se por um lado, permite compreender que a informação produzida nos museus tem sido reivindicada, o que mostra alterações ou mudanças que estes lugares têm registado a partir de questionamentos que os indivíduos fazem as narrativas e representações culturais por outro lado, fica por compreender o impacto das histórias alternativas na conceptualização daquilo que é um museu.

Na mesma ordem de ideias Anico (2005) defende, que os museus nasceram num contexto de construção do Estado-Nação que apelava para formas de centralização de poder e para a construção de histórias culturais dos objetos nacionais e universais.

De acordo com a autora, o facto de os museus suportarem conceitos universais autorizados por uma autoridade cultural com o poder de legitimar as narrativas, fez com que os museus fossem questionados. Fruto desses questionamentos, alguns museus passaram a incluir versões alternativas e/ou ocultas, associadas as vivencias de indivíduos excluídos.

O entendimento de Anico (2005) permite compreender a componente negocial das narrativas entre as instituições que preservam os museus e os indivíduos subalternos. No entanto, fica por compreender os aspectos que antecedem a negociação das versões a incluir nos museus.

Abreu (2008) que também subscreve esta perspectiva, considera os museus com um lugar de questionamento. Abreu (2008) defende que a institucionalização das ciências sociais gerou questionamentos que fez surgir novos modelos de museus etnográficos que tinham como foco, o estudo das culturas e a construção de alteridade para aspectos imateriais e simbólicos. Deste modo, no século XIX os museus privilegiavam informações sobre as condições de vida, problemas sociais e a arte cultural. E os museus eram vistos como instrumentos de luta para afirmação de um lugar com ênfase na noção de igualdade e universalidade (Abreu, 2008).

Ainda de acordo com Abreu (2008), através de movimentos sociais os nativos começaram a criar os seus próprios museus com intenção de afirmar a existência dos seus artefatos e coloca-los na vida quotidiana. E passam assim a reivindicar a afirmação da identidade étnica nos museus.

A explicação de Abreu (2008) permite compreender o museu como uma instituição cultural de afirmação de identidade. Entretanto fica por compreender que tipos de grupos sociais estão envolvidos nesses movimentos sociais que reivindicam a participação na produção das narrativas e exposições culturais.

Património Cultural

O património é definido por Silva (2012) como um elemento que ocupa um espaço ou sentido mais restrito, familiar, voltado para o lado privado e particular.

Enquanto Rodrigues (2011) define o património cultural como um atributo coletivo fundamental na construção da identidade social e cultural que reflete na materialização da identidade desse grupo ou sociedade. O património faz recordar o passado, sendo assim uma manifestação, um testemunho e uma convocação do passado.

Definição mais explicativa de património cultural é apresentado por Gonçalves (2007) que define o património cultural como um atributo através das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo que as transformam em património. O património tem que estar ligado a uma esfera social para que esta lhe conceda sentido dentro de um determinado tempo e espaço e posteriormente podem se tornar património cultural ou podem ser patrimonializados. Neste sentido o património cultural está ligado a estruturas familiares, religiosas, económicas e jurídicas.

Para a presente pesquisa uso o conceito de património cultural proposto por Gonçalves (2007) entendido como um atributo pelo qual os indivíduos narram sua memória e identidade.

Discurso

De acordo com Foucault citado por Azevedo (2013) discurso é um conjunto de regras anónimas, históricas sempre determinadas no tempo espaço, que definiram em uma dada época e para uma área social, económica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa.

Diferente dessa definição que possibilita compreender a componente enunciativa do discurso, Chauradeau e Maingueneau citados por Dezan (2011) definem o discurso como o lugar no qual

um texto encontra outros textos do seu próprio contexto, o que nos remete a importância dos contextos sócio históricos.

Com uma definição diferente das anteriores está a definição apresentada por Fairclough citado por Dezan (2011) para o qual discurso é um modo de ação, maneira pelo qual as pessoas permitem-se agir sobre o mundo e sobre os outros indivíduos, construindo o mundo em significados.

Ainda para Fairclough citado por Dezan (2011), o discurso tem alcance em toda a sociedade devido a sua inserção em todas as práticas e eventos sociais em que os indivíduos participam, eventos sociais em que as práticas sociais são engajadas pelos indivíduos na negociação de significados e construção do mundo. Esse conceito permite compreender indivíduos ativos que constroem significados sobre aspectos da vida social.

Narrativa

Sodré (1988) citado por Santos e Barrera (2015) define narrativa como um discurso capaz de evocar através da sucessão de factos, um mundo dado como real ou como imaginário, situado num tempo ou espaço determinado. Para o autor, a narrativa centra-se no relato sobre um facto ou acontecimento onde há personagens que atuam e um narrador que relata a ação, conceito que uso neste projecto de pesquisa.

Conclusão

Neste artigo apresento algumas perspectivas que fazem entender o valor social dos museus, das quais a primeira entende que o museu é um lugar onde a memória permanece sem alterações, o que leva-a a ser considerada estática (Nora, 1989), a segunda entende que a memória é reconstruída a cada dia o que torna-a dinâmica (Connerton 1989; Inguane 2007; Peralta 2007) e a terceira entende o museu como um lugar de questionamentos (Abreu 2008; Anico 2005; Duarte 2013).

A vida é assim, alguém sempre está atrás da gente. Não podemos satisfazer todos os desejos na vida, mas esperar é uma opção quando se tem por onde esperar. Precisamos fazer escolhas e tentarmos ser felizes com elas. Não podemos nos desfocar hoje em dia. Sem roteiros todos desejamos respostas e lidamos com as consequências depois. Existem soluções ao curto prazo. Ilusão é criar uma realidade na mente de alguém que nem se quer existe.

Assim, o patrimônio museológico pode ser entendido como um lugar onde os indivíduos produzem discursos que culminam em questionamentos sobre as narrativas difundidas a partir dos objetos expostos, deixando por entender futuramente a explicação que o indivíduo singularmente aciona em cada momento que lhe permite questionar e incluir as suas narrativas alternativas.

As pessoas tornam-se diferentes pelas culturas, línguas, sistemas sociais, acreditando que o homem só tem em comum a unidade fisiológica manifesta que disponibiliza a capacidade mental que nos permitem desenvolver culturas, línguas e sistemas sociais, (SPERBER /ano).

Referências

AUGÉ, M. (1974). *A Construção do Mundo*, ed. 70, Lisboa.

ABREU, R.(2008) “Tal antropologia qual museu?”, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 7, pp. 121-143.

ANICO, M. (2005). “A Pós-Modernização da Cultura: Patrimônio e Museus na Contemporaneidade” *Horizontes Antropológicos*, Vol. 11, N.º. 23, pp. 71-86.

AZEVEDO, S. (2013). *Formação discursiva e discurso em Michael Foucault*. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Vol. 6, n.º2. Pp 149-162.

BARRETO, I. (2007). *Mousinho de Albuquerque e Ngungunhana: um estudo de caso do processo de construção de heróis nacionais em Portugal e Moçambique*. Rio de Janeiro, pp 1- 176.

BISPO, M. (2010). “Um Diálogo entre os Paradigmas da Teoria Crítica e Interpretativista no Contexto da Organizações: Uma Proposta Baseada no Conceito de Prática”. XXXIV Encontro da ANPAD, Pp. 1-15

BOTELHO, J. (1934). *História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial

BOURDIEU, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Editora Bertrand Brasil S.A. Disponível em: <<http://www.4shared.com/>> consultado a 6 de Setembro de 2016.

CONNERTON, P. (1989). *How Societies Remember*. Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em: <http://www.cambridg.org> consultado a 17 de Novembro de 2016. Pp. 6-41

DEZAN, A. (2011). *O discurso como prática social: papel do discurso no processo de interação das organizações*. Universidade Estadual de Londrina. Pp 1-14.

DURAND, G. (1964). *A imaginação Simbólica*, ed. 70, Lisboa.

DUARTE, A. (2013). “Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora” in: *Revista em Museologia e Patrimônio*. Universidade de Porto. Pp. 99-117

FOUCAULT, M. (1997). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal. Pp. 1-9

FRAGA, L. (2008). *A guerra de África em 1895: Uma leitura estratégica*. Portela de Sacavém. Pp 1-41.

- GEERTZ, C. (1989). “Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura” in: A Interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora. Pp. 13-41
- GONÇALVES, J. (2007). “Antropologia dos Objectos: Coleções, Museus e Patrimónios” in: Revista do Património. Rio de Janeiro: 2ª Edição UFRJ/SPHAN. Pp. 192-209
- HALBWACHS, M. (1992). “The Social Frameworks of Memory” in: L. A. Coseriu, On Collective Memory. Chicago, London: University of Chicago Press.
- INGUANE, C. (2007). Negotiating Social Memory in Postcolonial Mozambique: The Case of Heritage Sites in Mandhlakazi District. Johannesburg: University of the Witwatersrand.
- JOHN, N. (2012). Identificação, Valorização e Preservação do Património Histórico e Cultural. Rio Grande: Anpuhrs, Pp. 320-336
- JOHNSTON, C. (2014) “Inhabiting Place: Social Significance in Practice in Australia” Journal of Preservation Technology, Vol. 45, Nº. 2/3, Pp. 39-47
- KARLSTROM, A. (2013). “Local heritage and the problem with conservation”. University of Queensland, Brisbane. Pp. 140-155
- MATTOSO, J. (1998). A Identidade nacional. Lisboa: Editorial Estampa, Moçambique. Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro de 1998. Determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano. Boletim da República. Disponível em www.wipo.int/edocs/lexdocs/pt/mzconsultado a 4 de Abril de 2016.
- NORA, P. (1989). “Entre memória e história: a problemática dos lugares” in: História. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/ PUC-SP.26: 7-24
- OLIVEIRA, O. (1965). “Breve Notícia Sobre a História da Fortaleza De Nossa Senhora da Conceição” in: Separata do Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique.
- PERALTA, E. (2007). “Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica” in: Antropologia, Escala e Memória, Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa. Oeiras, Celta 2: 4-23
- PORTO EDITORA. (2003). “Dicionário de Língua Portuguesa-Dicionário Editora”, Porto Editora Lda.
- RODRIGUES, D. (2011). Património cultural, Memória social e Identidade: Uma Abordagem Antropológica. São Paulo: Editora Santuário. Pp. 1-8
- SANTOS, M. & BARRERA, S. (2015). Escritas de textos narrativos sob diferentes condições de produção. São Paulo: RQABPEE, Vol. 19. Pp 254-270.
- SILVA, S. (2012). “Patrimonialização, cultura e desenvolvimento. Um estudo comparativo dos bens patrimoniais: mercadorias ou bens simbólicos”. Brasília. Anais I Circuito de Debates Académicos IPEA e Associação de Pós-graduação em Ciências Humanas.
- SOBRAL, J. M. (2006). Memória e Identidade nacional: Considerações de carácter geral e o caso português. Lisboa: ISCTE. Pp. 1-31
- SMITH, A. (1997). A Identidade Nacional. Lisboa: Gradiva.
- SPERBER, D. (s/ano). O Saber Dos Antropólogos, ed. 70, Lisboa.
- WAHOME, E. KIRUTHU, F. E MWANGI, S. (2016). “Tracing a forgotten heritage: the place of Mau Mau memory and culture in Kenya”. Anne-Marie Deisser, Mugwima Njuguna in: Conservation of Natural and Cultural Heritage in Kenya. UCL Press. Pp 211-226